

Reformar as Nações Unidas

É um dos objectivos sempre presentes e uma promessa sempre por cumprir. Guterres propõe-se reformar não só a estrutura como o “modus operandi” da organização. O que passa por tornar a organização mais ágil e descentralizada (reforma burocrática, incluindo as agências especializadas, os diferentes fundos e programas e os vários órgãos). Para Pires de Lima, uma das “reformas prementes é a da credibilidade das missões”, muitas vezes manchadas por “escândalos financeiros, éticos, morais e de violações de populações civis”. São recorrentes as acusações sobre abusos sexuais perpetrados por capacetes azuis. Os processos de recrutamento têm também de ser melhorados, valorizando a meritocracia e “corrigindo desequilíbrios de género e geográficos”, nota Mónica Ferro. Reformar o Conselho de Segurança e o direito de veto das potências vencedoras da Segunda Guerra será quase impossível, mas, para superar essas “forças de bloqueio” não raras vezes representadas pelo CS, Ferro lembra que Guterres pode invocar o artigo 99 da Carta e introduzir naquele órgão “os assuntos que põem em causa a paz mundial”.

Reforma da ONU

Agenda 2030

ONU como garante de paz e segurança

Criada no pós-guerra (1945) para evitar que tamanho conflito voltasse a repetir-se, as Nações Unidas têm como predicado basilar assegurar a paz e a segurança (Capítulo VII). Contudo, critica Miguel Monjardino, “nos últimos anos, olha-se para estas questões (conflitos) sem se pensar na ONU”. Ora, um dos desafios primordiais de António Guterres passa por recuperar o outrora papel central da organização na resolução e prevenção de conflitos. O que exigirá uma maior descentralização e agilização dos processos de tomada de decisão, bem como a flexibilização de uma estrutura fortemente hierarquizada. Com 16 operações de paz em curso e mantendo ainda presença, por exemplo, em Chipre (operação mais antiga da ONU), a organização requer maior efectividade de acção. No conflito sírio, o CS continua a travar uma solução definitiva.

Apesar de global, o problema dos refugiados continua sem solução à vista.

Paz e Segurança

Agenda Climática

Acordo de Paris

O acordo, alcançado há quase um ano na capital francesa, visa responder à ameaça apresentada pelas alterações climáticas, através de esforços para limitar o aumento da temperatura. “Adoptar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos” é também o ponto 13 da Agenda 2030, o que é demonstrativo da importância da agenda climática para prosseguir um desenvolvimento sustentável. Mas não só. Como refere Guterres na sua carta de apresentação, trata-se de “uma oportunidade única que tem de ser aproveitada”, porque atingir estes objectivos “tem implicações directas para a paz e a realização das necessidades humanas e direitos fundamentais”.

Conciliar os interesses dos países com economias emergentes, em particular a China, com os objectivos propostos será uma das dificuldades com que certamente António Guterres se irá deparar.

Implementar Agenda 2030

Definidos em 2015, são 17 os objectivos de desenvolvimento sustentável que compõem a chamada Agenda 2030. Falhada a concretização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, estabelecidos em 2000, a ONU definiu como prioridade a prossecução desta agenda que se desdobra em 169 metas, e cujo ritmo de implementação cabe decidir a cada um dos países. Com uma candidatura humanista e inclusiva, Guterres quer “implementar, implementar, implementar”, evitando um novo fracasso. Esta agenda de desenvolvimento é essencial para garantir um multilateralismo viável, que não crie mais pobreza e assimetrias.